

COORDENADORES

Darlan Barroso

Marco Antonio Araujo Junior

Prática PENAL

AUTORES

- Marcelle Tasoko
- Priscila Souto

- Aspectos teóricos sobre as principais peças
- Modelos de peças e análise de casos concretos
- Quadros-resumos

8^a
edição

Revista,
atualizada
e ampliada

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA LEITURA DO PROBLEMA E IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA PROCESSUAL E SUAS RESPECTIVAS TESES E REQUERIMENTOS

Para identificar a peça que deverá ser realizada, você precisará verificar se está atuando em favor da vítima ou do acusado.

Faça em um rascunho algumas observações a respeito do problema para facilitar o desenvolvimento de seu raciocínio.

Depois de verificar se estamos pela acusação ou pela defesa, o segundo passo é saber qual o crime imputado ao agente.

O terceiro passo, será descobrir qual a ação penal (pública incondicionada ou condicionada; ou privada) para o crime imputado ao agente.

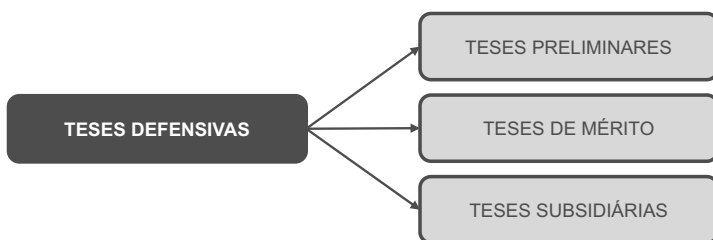
Como quarto passo, deve-se identificar o procedimento, de acordo com a pena máxima cominada em cada crime pelo Código Penal.

- Ordinário, quando a pena máxima em abstrato do crime for ≥ 4 anos.
- Sumário, quando a pena máxima em abstrato do crime for > 2 e < 4 anos.
- Sumaríssimo, quando a pena máxima em abstrato do crime for ≤ 2 anos, bem como as contravenções penais.

TESES DE DEFESA

2.1 ORGANIZAÇÃO DAS TESES DEFENSIVAS

Para facilitar a argumentação jurídica organizamos as teses defensivas de acordo com as consequências que cada uma pode acarretar, e isso ajuda muito na construção do seu raciocínio jurídico. As teses defensivas podem ser divididas em: (i) teses preliminares; (ii) teses de mérito; e (iii) teses subsidiárias.



As **teses preliminares**, são argumentos que independem da análise de mérito pelo juiz, que na sua maioria pode acarretar, por exemplo, na anulação do processo ou de um ato processual, suspensão do processo, rejeição da denúncia ou queixa, e até mesmo a extinção da punibilidade do agente. **Teses de mérito** recaem sobre a análise do magistrado sobre a existência de crime (fato típico, ilicitude e culpabilidade), autoria e materialidade delitiva, bem como, as provas desses elementos. Por fim, as **teses subsidiárias**, são aquelas que indicam em caso de possível condenação proferida pelo magistrado, quais os termos que devem ser levados em consideração.

Atenção

Penas Restritivas de Direito ⇒ Os prazos prescricionais são os mesmos das privativas de liberdade, uma vez que as privativas de liberdade são substituídas pelas restritivas de direito.

OBS: **Súmula 338 do STJ**: a prescrição penal é aplicável nas medidas socioeducativas.

2.2.5.1.1. *Espécies de Prescrição*

- ❖ Prescrição da Pretensão Punitiva – PPP (antes de transitar em julgado a sentença condenatória)
- ❖ Prescrição da Pretensão Executória – PPE (depois de transitar em julgado a sentença condenatória)

Crimes imprescritíveis: A CF elegeu duas hipóteses de imprescritibilidade:

- ↳ Prática de Racismo – Lei nº 7.716/89 (art. 5º XLII da CF)
- ↳ Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático – Lei nº 7.170/83 (art. 5º, XLIV da CF).

PRAZOS PRESCRICIONAIS (Art. 109 CP)

PENA MÁXIMA	PRAZO PRESCRICIONAL
> 12 anos	20 anos
> 8 anos e ≤ 12 anos	16 anos
> 4 anos e ≤ 8 anos	12 anos
> 2 anos e ≤ 4 anos	8 anos
≥ 1 ano e ≤ 2 anos	4 anos
< 1 ano	3 anos

REDUÇÃO DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS (Art. 115 CP)

Por razões de política criminal, os prazos prescricionais correrão pela metade quando o agente possuir:

- < 21 anos na data do fato;
- > 70 anos na data da sentença.

Atenção

Os prazos prescricionais **NÃO** serão reduzidos pela metade se o crime envolver violência sexual contra a mulher, diante da alteração trazida pela Lei nº 15.160, de 2025.

TESES RELACIONADAS COM NULIDADES PROCESSUAIS

Os atos processuais devem ser sempre praticados de acordo com as determinações da Constituição Federal, dos Tratados e Convenções Internacionais, e das leis que regem o processo penal.

A doutrina majoritária encara a nulidade como uma espécie de “sanção processual de ineficácia”, pois quando for reconhecido um vício processual, e a nulidade for decretada, como consequência o ato processual praticado não produzirá os seus efeitos¹. Presente um vício processual, quando esse vício for reconhecido, poderá ser aplicada a sanção processual, que é a nulidade, ou seja, a nulidade é a consequência jurídica de quando há inobservância das formas processuais.

As nulidades são classificadas pela doutrina em nulidades absolutas e nulidades relativas. A **nulidade absoluta** viola norma de interesse público, neste caso há um *prejuízo presumido* e *poderá ser arguida a qualquer tempo*. Já as **nulidades relativas** ferem normas infraconstitucionais e interesse das partes; neste caso, é *necessária a demonstração de prejuízo* e *arguição no momento oportuno*, sob pena de preclusão, nos termos do art. 571 do CPP e convalidação do ato processual.

Importante lembrar que a nulidade será consequência de um ato que não observou a forma processual e que tenha sido praticado do início da ação penal em diante, tendo em vista que irregularidades no decorrer da fase de investigação processual não maculam a ação penal.

1. Lima (2020).

10.1.6. **Modelo**

▼ Folha 1/3

1	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DE POLÍCIA TITULAR
2	DO ____ DISTRITO POLICIAL DA COMARCA DE ____ DO ESTADO DE ____
3	
4	EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO FEDERAL TITULAR
5	DA ____ DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL DA COMARCA DE ____
6	(Para crimes de atribuição da Justiça Federal - art. 109 da Constituição Federal)
7	
8	
9	
10	
11	
12	(NOME), nacionalidade ____, estado civil ____, profissão ____, inscrito no CPF/
13	MF sob o n. ____, residente e domiciliado na (endereço completo), por seu
14	advogado que está subscrive (procuração com poderes especiais anexa),
15	vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer
16	
17	INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL
18	
19	com fulcro no art. 5º, inciso ____, do Código de Processo Penal, a fim
20	de apurar conduta criminosa, pelos motivos de fato e de direito que
21	seguem:
22	
23	I - DOS FATOS
24	(Narrar o fato criminoso copiando resumidamente o enunciado, JAMAIS
25	inventar ou acrescentar informações não constantes do enunciado)
26	
27	II - DO DIREITO
28	Deve ter introdução, desenvolvimento e conclusão

AUTORIDADE COATORA	JUÍZO COMPETENTE PARA IMPETRAÇÃO DO “MS”
Delegado estadual (Polícia Civil)	Juiz de Direito da Vara Criminal (1ª instância)
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ____ DO ESTADO DE ____ .	
Delegado de Polícia Federal	Juiz Federal da Vara Criminal (1ª instância)
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ____ VARA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ____	
Delegado de Polícia Civil nos crimes dolosos contra a vida	Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Júri
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DO JÚRI DA COMARCA DE ____ DO ESTADO DE ____ .	
Delegado de Polícia Federal nos crimes dolosos contra a vida	Juiz Federal da Vara do Tribunal do Júri Federal
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ____ VARA DO JÚRI DA JUSTIÇA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ____	
Delegado de Polícia nos crimes de menor potencial ofensivo (Justiça Estadual)	Juiz de Direito do JECRIM (Juizado Especial Criminal)
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CRIMINAL DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA CIDADE DE ____ DO ESTADO DE ____ .	
Delegado de Polícia nos crimes de menor potencial ofensivo (Justiça Federal)	Juiz de Direito do JECRIM (Juizado Especial Criminal)
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ____	
Juiz de direito	Presidente do Tribunal de Justiça
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ____	
Juiz federal	Presidente do Tribunal Regional Federal
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA ____ REGIÃO.	
Juiz presidente do tribunal do júri (plenário do júri)	Presidente do Tribunal de Justiça
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ____ .	